

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

ATA N.º 20 | 2021/2025

Sessão Ordinária de 29 de abril de 2025



--- Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, em sessão ordinária, no Salão Nobre do Edifício de Valbom, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

A – Intervenção do Público -----

B – Período Antes da Ordem do Dia -----

C – Período da Ordem do Dia -----

1 - Discussão e Votação das atas das sessões Ordinária (27.12.2024) e Extraordinária (29.01.2025) -----

2 – Informação apresentada pelo Presidente do Executivo sobre as atividades desenvolvidas --

3 – Apreciação, Discussão e Votação da Prestação de Contas do ano de 2024 -----

4 – Apreciação, Discussão e Votação do Inventário de Bens do ano 2024 -----

5 – Apreciação, Discussão e Votação da Isenção e/ou Redução da Tabela de Taxas e Licenças aos Antigos Combatentes -----

1

--- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira; Pedro Miguel Soares da Silva; Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório; Manuel Fernando Martins Marques; José Luís da Silva Gonçalves de Oliveira; Patrícia Inês Costa da Silva; Luís Filipe Ramos Fernandes; Pedro Miguel dos Santos Ferreira; Daniel Filipe Torres Monteiro; Raquel Susana Valente do Rêgo; José Miguel Pereira Torres; Manuel Pinto Alves; Defensor de Oliveira Sousa; Maria Olinda Soares Moura; Rui Manuel de Castro Pereira; Maria de Lurdes Almeida Fernandes Pinto; Albertina do Carmo Félix Miranda Ferreira; Carlos Eduardo Aranha e Costa; Vítor Manuel Moreira de Castro e Marlene Sofia Sousa Santos. -----

--- Verificou-se a ausência dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Ana Sofia Cardoso Bandeira (PS), Sílvio Daniel da Silva Carvalho Monteiro (PS) e Irina João Ribeiro de Azevedo Gonçalves; substituídos por Patrícia Inês Costa da Silva (PS) e Rui Manuel de Castro Pereira (PS). Os deputados que solicitaram a sua substituição apresentaram justificação para o efeito. Alexandra Maria Lopes de Oliveira Mendes (CHEGA) também esteve ausente e não se fez substituir, nem apresentou justificação. A Presidente da Mesa verificou o termo de identidade e legitimidade do Deputado Rui Manuel de Castro Pereira (PS). -----

--- Confirmada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia iniciou saudando todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- Nos termos do nº 3 do Artigo 35º do Regimento desta Assembleia de Freguesia, e de forma a cumprir o estipulado na alínea t) do nº 1 do Artigo 20º do Regimento desta Assembleia de Freguesias, a Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia dos convites que lhe foram dirigidos desde a última sessão: -----

--- Entrou-se no ponto **A – Intervenção do Público** -----

--- Pela Senhora Presidente da Mesa foram abertas as inscrições aos fregueses presentes para que pudessem usar da palavra, se assim entendessem e pretendessem. -----

--- Foram registadas as inscrições dos senhores Joaquim Alves (Valbom); Adelino Aurélio de Sousa (Valbom) e Fernando Oliveira (Valbom). -----

--- Senhor **Joaquim Alves** (Valbom) - Começou por dar conhecimento ao Senhor Presidente do Executivo que, devido ao apagão, o trânsito na Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa ficou caótico, principalmente onde se encontram os semáforos, acrescentando que não apareceu nenhuma entidade (Polícia Municipal, PSP, Proteção Civil ou União das Freguesias) para resolver a situação. Questionou ainda a razão pela qual o autocarro 8014 não desce Fonte Pedrinha e se o percurso do 8004 se manterá quando os semáforos estiverem a funcionar. A terminar, quis saber qual a razão para ter sido colocada na zona da Fonte Pedrinha uma placa com a designação de Centro Histórico de Valbom. -----

--- Senhor **Adelino Aurélio de Sousa** (Valbom) - Perguntou ao Senhor Presidente do Executivo, por que motivo a polícia municipal não se desloca à Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa para verificar o estacionamento, nomeadamente, na zona da Pá Nova, onde os carros estão estacionados por todos os lados, sem qualquer respeito pelos peões. -----

--- Senhor **Fernando Oliveira** (Valbom) - Iniciou a sua intervenção questionando a Senhora Presidente da Mesa se no edital de divulgação das assembleias de freguesia não deve constar a Ordem do Dia, uma vez que os fregueses não conseguem saber que assuntos serão discutidos. -----

---- Senhora Presidente da Mesa - Respondeu afirmativamente. -----

---- Em seguida, o Senhor Fernando Oliveira quis saber como é que o Senhor Presidente do Executivo teve acesso à sua morada quando deu resposta ao requerimento que este fez chegar, no dia 1 de abril, aos serviços administrativos da União das Freguesias, tendo em conta que só deixou o e-mail como meio de resposta. De acordo com o Senhor Fernando, não foi respeitado o regulamento geral de proteção de dados, uma vez que não assinou nenhum documento a dar consentimento para que a sua morada fosse consultada, acrescentando que enviou um email a abordar esta questão e que, até ao momento, não obteve qualquer resposta por parte do Senhor Presidente, que seria, no caso, um pedido de desculpas pelo sucedido. A terminar, o Senhor Fernando Oliveira deixou a garantia de que terá acesso à documentação que solicitou para consultar, nomeadamente, sobre a compra do Renault Captur, e que será acompanhado por um jurista. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- Terminadas as intervenções dos fregueses inscritos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões/interpeleções feitas. -----

--- **Presidente do Executivo** – Após saudar todos os presentes, e em resposta ao Sr. Joaquim Alves, fez saber que a Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa é um problema que também o preocupa e que tem feito todos os esforços junto das entidades que possam intervir para que estes sejam atenuados. Em relação aos semáforos, informou que existe um problema técnico que se encontra a ser resolvido e que não existe nenhuma indicação sobre a alteração do percurso da linha 8004. Já sobre a placa com a designação de Centro Histórico de Valbom, sublinhou que desconhecia a sua colocação, mas que irá perceber quem mandou colocá-la. -----

--- Em resposta ao Sr. Adelino Aurélio de Sousa, fez saber que quando a polícia municipal aparece na rua, os comerciantes ligam a queixarem-se da sua presença, porque prejudica o negócio. Em relação à Rua dos Artesãos e ao início da Rua das Escolas, informou que já foi solicitado ao departamento de mobilidade da câmara municipal a colocação de pinos num lado e do outro da rua para que os carros dos bombeiros ou outros veículos pesados possam passar à vontade. -----

--- Em resposta ao Senhor Fernando Oliveira, garantiu que a União das Freguesias cumprirá a lei e que irá responder ao requerimento dentro dos prazos legais que a lei exige. -----

--- Neste momento, o Senhor Fernando Oliveira pediu a palavra para dizer que o Senhor Presidente não respondeu à questão que tinha colocado sobre o facto de ter recebido a resposta por carta e não por e-mail. -----

3

--- Entrou-se no ponto **B – Período Antes da Ordem do Dia** -----

--- A Presidente da Mesa informou que neste período e, de acordo com o novo Regimento da Assembleia, passa a existir a seguinte limitação de tempo de intervenção: -----

--- PS - 17 minutos; -----

--- PPD/PSD – 13 minutos; -----

--- CDU - 10 minutos; -----

--- BE - 10 minutos; -----

--- IL - 9 minutos -----

--- CDS/PP - 9 minutos. -----

--- Pela Senhora Presidente da Mesa foi proposto um minuto de silêncio em memória do Papa Francisco pelo legado de paz, tolerância, valorização cultural e humanidade que deixou, o que foi aceite por unanimidade e cumprido o minuto de silêncio. -----

--- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

--- **Manuel Marques** (PPD/PSD) – Lembrou o incêndio que aconteceu, em 2023, na fábrica da Sociedade Portuguesa de Drogas para informar que houve outro incêndio (28.04.2025), dia do apagão, mas que passou despercebido à população. Mesmo com a pronta resposta dos bombeiros, sugeriu ao

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

Senhor Presidente do Executivo que falasse na próxima Assembleia Municipal sobre o perigo de existir uma indústria de produtos químicos junto de uma zona habitacional. -----

--- **Luís Fernandes** (CDU) – Colocou algumas questões ao Executivo, nomeadamente, se as intervenções recentes na Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa não foram executadas e se foram, a sua execução foi insuficiente. No caso de a reabilitação já estar concluída, quis saber a opinião do Senhor Presidente sobre a qualidade da intervenção executada. O Senhor Deputado questionou também sobre a possível apropriação indevida de um terreno junto ao Clube Náutico de Marecos, onde recentemente foi colocada uma vedação entre o terreno da casa ainda em construção e a via pública. No entender da CDU será um terreno público pelos seguintes indícios: o muro de pedra que marca o lote existente é anterior à vedação atual, existem pontos de iluminação pública dentro da zona vedada e regularmente o terreno tem sido limpo pelos serviços da junta. Outro dos assuntos abordados foi a retirada dos brasões da antiga junta de Jovim, a CDU quis saber qual a razão, uma vez que foi garantido que seriam preservados no seu restauro. A terminar, apresentou uma moção sobre o **“1.º de Maio – Dia do Trabalhador”**. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Após saudar todos os presentes, apresentou uma moção sobre **“No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar, afirmar e valorizar os valores de Abril”**. -----

--- **Pedro Ferreira** (BE) – Relembrou a celebração do 1º de Maio. -----

--- **Manuel Pinto Alves** (CDS/PP) – Começou por alertar para o facto de existirem várias sarjetas entupidas, nomeadamente, ao fundo da viela da Rua 5 de Outubro. Também lembrou que há três anos expôs o problema da inundação da clínica de hemodiálise na Travessa da Rua dos Combatentes da Grande Guerra e que, na altura, o Senhor Presidente do Executivo informou que iam mudar de instalações. A mudança não aconteceu e com as chuvas o mesmo problema pode vir a acontecer. Abordou ainda a questões da altura das lombas junto à igreja dos Capuchinhos, no sentido de solicitar o seu rebaixamento. A terminar a sua intervenção, alertou para a existência de um buraco na Rua 11 de Março, paralela à Rua do Vinhal, há cerca de 3 anos. -----

--- **Albertina Ferreira** (PPD/PSD) – Apresentou uma moção sobre **“Comemoração do 1º de Maio – Dia do Trabalhador”** e alertou para a necessidade de ser colocado um sinal de STOP na Rua Almeida Garrett, com o Caminho do Meio, porque as pessoas não respeitam a prioridade. -----

--- **Vítor Castro** (PS) – Apresentou uma moção sobre **“É em Democracia que Queremos Viver!”** -

--- **Cátia Santos** (PPD/PSD) – Apresentou uma moção sobre **“Comemoração pelo 25 de Abril”**. --

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Começou por referir que, na última Assembleia, o Senhor Presidente do Executivo afirmou que existiam propostas de conversão de ruas paralelas à Dr. Joaquim Manuel da Costa para mitigar os problemas de circulação existentes, porém nada foi feito. Abordou ainda a falta de pintura da sinalização horizontal; questionou o que está previsto

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



ser feito no gaveto da Travessa do Monte com a Rua do Monte e constatou mesmo depois da realização do passeio na Rua Vasco da Gama os acidentes continuam e os condutores continuam a rebentar os pneus face à obra executada. Em seguida, sublinhou o facto do trabalho dos deputados não ser tido em conta, nomeadamente, a falta de respostas a questões como os cartões de deputado e os e-mails para os mesmos. A terminar, reforçou que a questão da apropriação do terreno em Marecos deve ser esclarecida e alertou para o buraco que existe na Rua Teixeira Lopes e para a necessidade de a União das Freguesias ter máquinas específicas para limpar as sarjetas. -----

--- Terminadas as intervenções dos(as) Senhores(as) Deputados(as) inscritos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões/interpelações feitas. -----

--- **Presidente do Executivo** – Ainda antes de responder, deu conhecimento de que, nas celebrações do 25 de Abril, a câmara municipal agradeceu algumas pessoas, nomeadamente, o Senhor Fernando Pinto Vieira, de Valbom que, nos últimos 30 anos, contribuiu para a cultura de Gondomar e da freguesia. Em resposta ao Senhor Deputado Manuel Marques, informou que fará chegar a preocupação exposta à câmara municipal. Em resposta ao Senhor Deputado Luís Fernandes, afirmou que a obra na Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa ainda não está concluída e que as passeadeiras vão ser pintadas pelo empreiteiro. Sobre a suposta apropriação do terreno em Marecos, esclareceu que não tem informações precisas sobre a situação, apenas que tem sido feita vigilância à obra por parte dos serviços camarários. Já sobre os brasões do antigo edifício da Junta de Jovim, informou que estes foram retirados para serem recuperados e que serão repostos. -----

5

--- Em resposta ao Senhor Deputado Manuel Pinto Alves esclareceu que, mesmo não tendo os equipamentos necessários, existe um grande esforço por parte dos trabalhadores da União das Freguesias na limpeza das sarjetas, acrescentando que relativamente à clínica de hemodiálise, a indicação que teve foi de que iriam mudar para novas instalações, as quais estavam a ser construídas na zona industrial. Em relação ao rebaixamento das lombas, informou que o assunto vai ser remetido à CMG, assim como será verificado o buraco na Rua 11 de Março. -----

--- Em resposta à Senhora Deputada Albertina Ferreira disse que tomou boa nota sobre o que propôs e que fará chegar ao departamento de mobilidade da câmara municipal. -----

--- Em resposta ao Senhor Deputado José Luís Gonçalves admitiu que a Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa é um problema, mas que antes da obra também existia o problema da falta de passeios. Sobre as artérias alternativas, fez saber que a Rua Nun'Álvares já foi adjudicada e que nos próximos meses entrará em obras. Relativamente ao gaveto da Travessa do Monte com a Rua do Monte, já foram feitos os passeios, os muros e nas próximas semanas será arranjado o piso. Quanto à Rua Vasco da Gama, considerou que a obra foi globalmente positiva, mas que existem dois ou três locais onde não foi possível alargar a rua e os condutores nem sempre cumprem os limites de velocidade. A terminar,

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

concordou que o buraco na Rua Teixeira Lopes já devia ter sido resolvido, porém trata-se de um processo mais complexo do que se pensou inicialmente. -----

-- Concluídas as intervenções, ainda antes de proceder à votação dos documentos apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Deputada Olinda Moura. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – A Senhora Deputada referiu que não sabe o que será votado em relação à moção apresentada pelo PS, uma vez que se trata de um documento declarativo, sem qualquer proposta, tendo sugerido que fosse alterada a sua designação para declaração, ficando em ata, mas sem ser votada. -----

--- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA:** -----

--- **Moção** “1.º de Maio – Dia do Trabalhador”, apresentada pela CDU, que posta a votação, foi **aprovada por maioria**, com uma (1) abstenção do CDS/PP e dezanove (19) votos a favor (9 PS; 5 PPD/PSD; 2 CDU; 2 BE e 1 IL). -----

--- **Moção** “No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar, afirmar e valorizar os valores de Abril”, apresentada pela CDU, que posta a votação, foi **aprovada por maioria**, com sete (7) abstenções (5 PPD/PSD; 1 CDS/PP e 1 IL) e treze (13) votos a favor (9 PS; 2 CDU e 2 BE). -----

--- **Moção** “Comemoração do 1º de Maio – Dia do Trabalhador”, apresentada pelo PPD/PSD, que posta a votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Moção** “Comemoração do 25 de Abril”, apresentada pelo PPD/PSD, que posta a votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Entrou-se no Ponto **C – Período da Ordem do Dia:** -----

--- **1 – Discussão e Votação da ata da sessão ordinária (29.04.2025);** -----

--- Interveio a Senhora Deputada Olinda Moura. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – A Senhora Deputada começou por dizer que, em relação às duas atas em discussão, a CDU verificou que continuam a ser justificadas pela Senhora Presidente da Mesa as ausências da deputada do CHEGA. Nesse sentido, a CDU apresentou o seu protesto, uma vez que a deputada do CHEGA não comparece às assembleias há mais de dois anos, acrescentando que a Assembleia de Freguesia deveria ter 21 elementos e não 20, porque a lei exige que um órgão deliberativo tenha um número ímpar para ser mais fácil apurar os resultados das votações. Na perspetiva da CDU, trata-se de uma falta de ética muito grande. A terminar, fez saber que iria enviar à mesa algumas correções referentes à ata de 27.12.2024. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Ata da Sessão Ordinária de 27.12.2024, **aprovada por unanimidade**. -----

--- Nos termos do nº 3, do Artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Senhores(as) Deputados(as) Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório (PPD/PSD);

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



Raquel Susana Valente do Rêgo (PS); Patrícia Inês Costa da Silva (PS); Rui Manuel de Castro Pereira (PS) e Marlene Sofia Sousa Santos (BE), por não terem estado presentes na sessão. -----

--- Ata da Sessão Extraordinária de 29.01.2025, **aprovada por unanimidade**. -----

--- Nos termos do nº 3, do Artigo 34º do Código de Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Senhores(as) Deputados(as) José Luís da Silva Gonçalves de Oliveira (PPD/PSD); Manuel Pinto Alves (CDS/PP); Defensor de Oliveira Sousa (PS); Patrícia Inês Costa da Silva (PS) e Rui Manuel de Castro Pereira (PS), por não terem estado presentes na sessão. -----

--- **2 – Informação apresentada pelo Presidente do Executivo sobre as atividades desenvolvidas;** ----

--- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): Manuel Pinto Alves (CDS/PP) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- **Manuel Pinto Alves** (CDS/PP) – Fez referência ao facto de terem sido cortadas as ervas à volta do Lavadouro da Rua da Liberdade, no Vinhal e não constar esse trabalho no relatório apresentado, além de que foi feita a limpeza no interior do lavadouro. -----

--- Neste momento, a assembleia foi informada de que o Senhor Deputado Manuel Marques teve de se ausentar por motivos de saúde, às 23h20. -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Começou por alertar para a ausência de algumas folhas no relatório apresentado o que dificulta a compreensão do documento. Em seguida, fez referência ao facto de no capítulo ligado aos terrenos não ser possível perceber o que está feito, o que falta fazer e o que está concluído, o mesmo acontecendo em relação à Unidade Local de Proteção Civil cujo trabalho realizado não está descrito. O Senhor Deputado solicitou ainda esclarecimentos sobre o quadro de cedências a alguns professores da Universidade Sénior de Gondomar e elogiou a informação dada sobre a utilização, locais e quantidades de fitossanitários gastos no período em análise. -----

--- **Presidente do Executivo** – Em resposta ao Senhor Deputado Manuel Pinto Alves, fez saber que iria averiguar que limpeza foi realizada no lavadouro em questão. -----

--- Em resposta ao Senhor Deputado José Luís Gonçalves, explicou que a cedência do auditório da USG traduz-se numa contrapartida que é feita aos professores pelo trabalho de voluntariado, mas que não afetam o período de aulas. Relativamente aos terrenos, informou que, nos últimos 10 anos, verificou-se uma maior adesão dos proprietários para a limpeza dos mesmos (mais de 70%), sendo que, em alguns casos, torna-se necessário recorrer aos serviços da CMG para identificar os proprietários, assim como aos serviços da Polícia Municipal. Sobre a Unidade Local de Proteção Civil foram identificadas nove ocorrências, acrescentando que a Unidade responde às solicitações da proteção civil concelhia sempre que pedida, nomeadamente, aos fins-de-semana e à noite. Considera que a Unidade Local tem uma atuação razoável. -----

--- **3 – Apreciação, Discussão e Votação da Prestação de Contas do ano de 2024;** -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): Carlos Costa (IL), Olinda Moura (CDU) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- **Carlos Costa** (IL) – Começou por referir que o documento em discussão expõe aquelas que são as posições políticas do PS. No que concerne ao relatório de atividades, fez referência aos dados dos trabalhadores, nomeadamente, ao facto de a idade média concentrar-se nos 52 anos, prevendo que será um problema no futuro, além do elevado número de baixas apresentadas. Relativamente à limpeza urbana, afirmou que existe uma grande diferença entre os números totais apresentados no documento e as contas realizadas nos diferentes relatórios apresentados ao longo de 2024. Sobre o relatório de gestão, sustentou que foram confirmadas todas as preocupações da IL, nomeadamente, quanto ao equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, acrescentando que o facto de as receitas terem aumento relativamente ao governo central e local, a União das Freguesias pode tornar-se menos independente. A terminar, afirmou que as Contas de 2024 são o resultado de uma gestão que não tem sentido estratégico e que não é pensado a médio e longo prazo. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Começou por dizer que se, por um lado, o plano e orçamento são a previsão do que o Executivo pretendia fazer, as contas refletem aquilo que foi feito, sendo que a preocupação da CDU se prende com o dinheiro que foi gasto, como foi gasto e se foram tidas em conta as prioridades do território, acrescentando que as Contas de 2024 demonstram a falta de planeamento, de rigor estratégico e de falta de visão no futuro e que em 2022, a União de Freguesias teve um orçamento de um milhão e oitocentos trinta e um mil euros, em 2023 um orçamento de dois milhões e trezentos e quarenta mil euros e, em 2024 gastou dois milhões e quatrocentos mil euros e, deste gasto, existe um saldo negativo de cento e trinta oito mil euros. Em conclusão, em três anos, a União das Freguesias teve ao dispor seis milhões e quinhentos mil euros que, apesar de não ser muito dinheiro, tendo em conta o território, a CDU pretende saber quais foram as prioridades em que o Executivo gastou o dinheiro, uma vez que a CDU considera que as verbas não foram bem aplicadas e foram demasiados anos a fazer asneiras, em cima de asneiras. O executivo tem que, junto do Município e do Estado, exercer a sua influência para trazer o melhor para o seu território. Questionou se todas as necessidades da população foram respondidas e o que ficou de mais-valia nestas três freguesias, com os seis milhões de euros? Disse que a CDU vota contra. -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – Sublinhou que o documento em discussão permite aferir qual foi o trabalho desempenhado pelo Executivo durante o ano de 2024 e que deveria ser o decalque do plano e orçamento aprovados. Referiu ainda que o documento demonstra que dinheiro foi gasto, contudo não foi possível perceber se foi gasto no que se disse que se ia gastar e se se cumpriram os valores orçamentados. O Senhor Deputado pediu também explicações sobre a despesa com os trabalhadores e sobre as desvinculações. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM



--- **Presidente do Executivo** – Em resposta ao Senhor Deputado Carlos Costa, concordou que existe um excesso de gastos com os trabalhadores, o que também o preocupa. Relativamente às baixas prolongadas referem-se as doenças graves, acrescentando que existem alguns acidentes de trabalho, mas de pouca gravidade. -----

--- Em resposta à deputada Olinda Moura, afirmou que o seu discurso é o habitual e que cerca de 5 por cento do orçamento foi gasto em situações que não estavam previstas, mas que tinham de ser resolvidas. -----

--- Em resposta ao deputado José Luís Gonçalves, afirmou que teve o cuidado de não extinguir o Gabinete de Projetos, porque não trazem prejuízos para a União das Freguesias e que, cada vez mais, existe a preocupação de envolver as associações locais nos mesmos. Em relação às categorias de cada trabalhador, o documento inclui informação de quantos trabalhadores existem e os locais a que estão afetos. -----

--- **VOTAÇÃO – Ponto 3** – “Apreciação, Discussão e Votação da Prestação de Contas do ano de 2024”: **Aprovada por maioria**, com sete (7) votos contra (4 PPD/PSD, 2 CDU e 1 CDS/PP), três (3) abstenções (2 BE e 1 IL) e 9 votos a favor (PS). -----

--- A CDU e a IL, apresentaram declaração de voto. -----

--- **4 – Apreciação, Discussão e Votação do Inventário de Bens do ano 2024;** -----

--- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): Carlos Costa (IL); Olinda Moura (CDU); Manuel Pinto Alves (CDS/PP) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- **Carlos Costa** (IL) – Fez saber que o documento a ser votado é uma atualização, deixando nota de que deveria ser apresentado o inventário completo. -----

--- **Olinda Moura** (CDU) – Disse que, em 2024, aconteceu esta mesma situação, acrescentando que sendo uma atualização torna-se difícil para a Assembleia negar ou afirmar que a listagem de bens é verdadeira. Disse que a CDU vota em abstenção. -----

--- **Manuel Pinto Alves** (CDS/PP) – Alertou para o fato de que o auto de venda deveria ter uma ata, onde constasse o número de pessoas que participaram e onde foi publicitada a venda. -----

--- **José Luís Gonçalves** (PPD/PSD) – O senhor deputado alertou para a data do auto que não estava correta e questionou se o terreno do gaveto da Travessa do Monte e da Rua do Monte pertencia à União das Freguesias. -----

--- **Presidente do Executivo** – Em resposta aos Deputados esclareceu que, de acordo com o auditor, não é obrigatório trazer a listagem completa do inventário. Sobre o auto de venda informou que foi realizada uma hasta pública que foi publicitada na página da União das Freguesias e que foi elaborada uma ata. A terminar, fez saber que o executivo continua a desenvolver todos os esforços para desbloquear a herança deixada pelo Sr. Aguiar à União das Freguesias. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- **VOTAÇÃO – Ponto 4** – “Apreciação, Discussão e Votação do Inventário de Bens do ano 2024”: **Aprovado por maioria**, com nove (9) votos a favor (PS), quatro (4) abstenções (2 CDU e 2 BE) e seis (6) votos contra (4 PPD/PSD; 1 CDS/PP e 1 IL). -----

--- A CDU e a IL, apresentaram declaração de voto. -----

--- **5 – Apreciação, Discussão e Votação da Isenção e/ou Redução da Tabela de Taxas e Licenças aos Antigos Combatentes;** -----

--- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): José Luís Gonçalves (PPD/PSD) e Luís Fernandes (CDU). -----

--- **Presidente do Executivo** – Explicou a proposta dizendo que a Liga dos Combatentes fez um acordo com a ANAFRE e com a Direção Geral das Autarquias Locais, através do qual foram concedidas algumas isenções e reduções em documentos que são passados pelas juntas e uniões de freguesia, acrescentando que esta tabela terá um custo entre 100/200 euros para a União das Freguesias. Apelava ao voto a favor no documento, para os serviços passem a agir de forma legal. -----

--- **José Luís Gonçalves (PPD/PSD)** – Começou por dizer que são pessoas merecedoras do respeito de todos e que protocolo deveria ter sido enviado para todos os deputados. Afirmou ainda que o PPD/PSD considera excessiva a não inclusão de todas as questões ligadas ao cemitério. -----

--- **Luís Fernandes (CDU)** – Entregou o documento da sua intervenção à mesa. -----

--- **Presidente do Executivo** – Fez saber que iria ser enviado. Em resposta ao Senhor Deputado Luís Fernandes, afirmou que já existem apoios por parte da Liga dos Combatentes e, por isso, a União não iria fazer um melhor trabalho do que aquele que já existe, acrescentando que em todas as secretarias estão à disposição folhetos com os serviços prestados pela Liga. -----

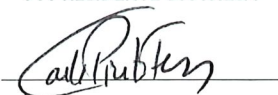
--- **VOTAÇÃO – Ponto 5** – “Apreciação, Discussão e Votação da Isenção e/ou Redução da Tabela de Taxas e Licenças aos Antigos Combatentes”: **Aprovada por unanimidade.** -----

--- A CDU apresentou declaração de voto. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida a minuta da ata, que colocada a votação, foi **aprovada por unanimidade.** -----

--- A sessão foi encerrada eram zero horas e trinta e nove minutos. -----

A PRESIDENTE DA MESA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



A SEGUNDA SECRETÁRIA





MOÇÃO

1.º de Maio – Dia do Trabalhador

O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é uma data de profunda importância histórica e política, símbolo da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, por direitos laborais e sociais, pela justiça e pela dignidade humana.

Assinalado em todo o mundo, o 1.º de Maio tem em Portugal um significado particularmente marcante, sendo inseparável das conquistas da Revolução de Abril, que devolveu ao povo português a liberdade, a democracia e os direitos fundamentais.

Neste dia, evocamos o papel central dos trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa e solidária, e reafirmamos a necessidade de continuar a lutar contra a precariedade, os baixos salários, a exploração e as desigualdades que persistem.

A CDU saúda todos os trabalhadores da nossa União de Freguesias, que diariamente contribuem para o desenvolvimento económico, social e cultural da nossa comunidade, muitas vezes enfrentando condições laborais difíceis e injustas.

Neste contexto, a Assembleia de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibera:

1. Saudar todos os trabalhadores da União de Freguesias, reconhecendo o seu contributo essencial para a vida da comunidade;
2. Reafirmar o compromisso com a defesa dos direitos laborais, sociais e democráticos conquistados com o 25 de Abril;
3. Apelar ao reforço das políticas públicas que promovam o emprego com direitos, a valorização dos salários, a erradicação da precariedade, a regulação dos horários laborais e a melhoria das condições de trabalho;
4. Manifestar solidariedade com todas as lutas dos trabalhadores pela justiça social e pela dignidade no trabalho;
5. Enviar a presente Moção à Câmara Municipal de Gondomar, à Assembleia Municipal de Gondomar, às organizações representativas dos trabalhadores e às entidades patronais com atividade na União de Freguesias.

Valbom, Assembleia de Freguesia da UFGVJ, em 29 de abril de 2025,

Os eleitos da CDU,
Maria Olinda Moura
Luís Fernandes

MOÇÃO

No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - **- Comemorar, afirmar e valorizar os valores de Abril**

Com o 25 de Abril renasceu Portugal e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, nessa madrugada, pelos Capitães de Abril que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, foi um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim,

Considerando que assinalamos este ano o 51.º aniversário da Revolução de Abril e o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, reunida a 29 de abril de 2025, delibera:

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.
2. Saudar os trabalhadores, os eleitos autárquicos, o movimento associativo, a população e os milhares de jovens que mais uma vez se associaram às comemorações dos 51 anos do 25 de Abril.
3. Enviar esta Moção à Câmara Municipal de Gondomar; à Assembleia Municipal de Gondomar e aos Órgãos de Comunicação Social Local.

Valbom, Assembleia de Freguesia da UFGVJ, em 29 de abril de 2025,

Os eleitos da CDU

Maria Olinda Moura,

Luís Fernandes



MOÇÃO COMEMORATIVA DO 1.º DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR

O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é uma data de enorme significado histórico, social e político. Comemorado em todo o mundo, recorda a luta dos trabalhadores por melhores condições laborais, direitos sociais e justiça no trabalho — lutas que continuam a ter atualidade nos dias de hoje.

É também um dia de afirmação da dignidade do trabalho, do papel central dos trabalhadores no desenvolvimento das comunidades e da economia, e da necessidade de políticas públicas que promovam o emprego com direitos, a valorização dos salários e a proteção social.

Considerando que:

1. O **1.º de Maio** é celebrado em Portugal e no mundo como o **Dia Internacional do Trabalhador**, sendo uma data simbólica de luta e conquista de direitos laborais, mas também de reflexão sobre os desafios atuais do mundo do trabalho;
2. Em Gondomar, e particularmente no território da nossa União de Freguesias, o trabalho e o esforço diário dos cidadãos são o motor do desenvolvimento local, contribuindo para o dinamismo económico e a coesão social do nosso território;
3. Os trabalhadores portugueses enfrentam, atualmente, **desafios significativos**, nomeadamente:
 - A **precariedade laboral**, que atinge especialmente os mais jovens;
 - A necessidade de **melhoria dos salários**, compatíveis com o custo de vida;
 - A urgência de **conciliar a vida profissional com a vida familiar**, promovendo horários equilibrados e apoio às famílias;



4. A valorização do trabalho digno, do **mérito**, da **formação contínua** e da **iniciativa privada** são princípios fundamentais para uma sociedade justa e economicamente sustentável;
5. O papel do **diálogo social** entre trabalhadores, empregadores e Estado é essencial para garantir reformas estruturais equilibradas, que promovam o emprego qualificado e a competitividade da economia nacional;

Assim, os eleitos pelo PPD/PSD à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, propõem que se aprove a presente moção e através da mesma:

1. Saudar todos os trabalhadores da freguesia e do país, reconhecendo o seu contributo essencial para o bem-estar coletivo e para o progresso da sociedade;
2. Reafirmar a importância do trabalho digno como base de uma sociedade mais justa e coesa;
3. Homenagear as conquistas históricas do movimento dos trabalhadores e reforçar o compromisso com a defesa dos direitos laborais.

VIVA O 1.º DE MAIO!

VIVA O TRABALHO COM DIGNIDADE!

Valbom, 29 de Abril de 2025

Os ELEITOS PELO PPD/PSD

Manuel Marques

José Luís Gonçalves

Cátia Rocha Santos

Pedro Miguel Silva

Albertina Ferreira



Moção Comemorativa pelo 25 de Abril

No dia 25 de abril de 1974, Portugal viveu um dos momentos mais marcantes da sua história contemporânea: a Revolução dos Cravos. Com ela, pôs-se fim a uma longa ditadura, devolveu-se a liberdade ao povo português e abriu-se o caminho para a democracia, os direitos humanos e a participação cívica plena.

Como referiu o Papa Francisco *“O único momento que é lícito olhar uma pessoa de cima para baixo, é quando queremos ajudar uma pessoa a levantar-se.”*

Celebrar o 25 de Abril é lembrar o valor da coragem, da resistência e da esperança. É homenagear os militares de Abril e todos os que, antes e depois da revolução, lutaram pela liberdade, muitas vezes com risco da própria vida. É também reconhecer que a construção da democracia é um processo contínuo, que exige vigilância, compromisso e participação ativa de todos os cidadãos.

A liberdade de expressão, o direito ao voto, a igualdade de oportunidades e a justiça social são conquistas que nasceram com Abril e que devem ser defendidas todos os dias.

Em ano de múltiplas eleições é necessário que os valores de Abril não sejam esquecidos e que população não esqueça que o voto é o expoente máximo da participação democrática.

Mas cabe-nos a nós, Políticos, dignificar o mandato que recebemos dos nossos fregueses lutando por melhores condições de vida para todos.

Tal como referiu Francisco Sá Carneiro na sua tomada de posse em 1980: *“A pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. A Política tem de estar ao serviço da sua inteira realização.”*



Assim, PPD/PSD propõe que se aprove a presente moção:

1. Para saudar o 25 de Abril e o seu legado democrático;
2. Para homenagear todos os que contribuíram para a conquista da liberdade em Portugal;
3. Para reafirmar o compromisso com os valores de Abril: liberdade, justiça, solidariedade e participação democrática.

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA A LIBERDADE!

Valbom, 29 de Abril de 2025

Os ELEITOS PELO PPD/PSD

Manuel Marques

José Luís Gonçalves

Cátia Rocha Santos

Pedro Miguel Silva

Albertina Ferreira



PARTIDO SOCIALISTA

Quadriénio 2021-2025

~~MOÇÃO~~ *Delegação*

É em Democracia que Queremos Viver!

Celebramos no passado dia 25 de Abril uma data que é um marco não apenas na história de Portugal, mas também na história de todos os que acreditam nos valores da liberdade, da democracia e da justiça.

O 25 de Abril de 1974 acabou com o regime ditatorial e deu início a uma nova era. Uma era em que a alternância democrática se tornou possível, onde a liberdade de expressão, a igualdade, o pluralismo e o direito à manifestação se estabeleceram como pilares fundamentais do nosso dia-a-dia.

O 25 de Abril trouxe-nos a liberdade e também a legitimidade do povo para participar ativamente no futuro do nosso país. E neste âmbito todos os democratas estão no mesmo lado da barricada. Não há maior ou menor legitimidade para defender os valores de Abril. Todos nós, cidadãos, de todas as origens e caminhos, podemos orgulhosamente dizer que, no 25 de Abril, nascemos para a democracia.

E é neste espírito democrático que celebramos também a Assembleia Constituinte, um momento histórico que completou 50 anos desde as primeiras eleições, realizadas em 1975. Aquela eleição foi, sem dúvida, um marco de participação popular, com uma afluência eleitoral superior a 90% - uma das maiores taxas de participação da história eleitoral do nosso país.

Mais importante ainda, essa eleição foi conduzida com uma grande inclusão, permitindo que todos, independentemente do seu género, escolaridade ou rendimento, tivessem o direito de votar. Este foi um momento de plena afirmação da igualdade, da cidadania plena e da participação popular. Cada voto foi uma expressão direta do desejo do povo de construir uma Nação Democrática, uma Nação de Liberdade em que hoje vivemos.

A Assembleia Constituinte, que resultou dessa eleição, foi a responsável pela redação da Constituição da República Portuguesa, um dos maiores legados do 25 de Abril. Entretanto revista em 1982 e 1989, entre outras ajustando-se às mudanças da sociedade, mas sempre preservando os valores fundamentais que o 25 de Abril nos trouxe.

O que o 25 de Abril nos deu, acima de tudo, foi a possibilidade de viver em liberdade, num regime onde a alternância democrática é um direito de todos os cidadãos. A democracia não se resume ao direito de votar, mas ao direito de escolher, ao direito de questionar, ao direito de participar. O pluralismo de ideias, a liberdade de pensamento e a garantia de direitos são os fundamentos que permitem que vivamos em sociedade de forma justa e equitativa.

É fundamental que reforcemos a nossa consciência cívica e o nosso compromisso com a democracia. A importância do 25 de Abril é igualmente valorizada por todas as forças democráticas que compõem a nossa sociedade, sejam elas de que orientação política forem, pois todos nós partilhamos o mesmo princípio fundamental: a defesa da liberdade e da democracia.

O 25 de Abril não é apenas uma data do passado; é um compromisso diário de todos nós em garantir que os direitos e liberdades conquistados com tanto sacrifício continuem a ser respeitados, fortalecidos e promovidos.

É em Democracia que Queremos Viver!

Valbom, 29 de abril de 2025

Pelo grupo Parlamentar do Partido Socialista

na Assembleia da União de Freguesias de

Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Declaração de Voto

Ponto 3. – Apreciação, Discussão e Votação da Conta de Gerência do ano de 2024

As Contas relativas ao ano de 2024 revelam uma gestão centrada em opções do plano que pouco contribuíram para o desenvolvimento do território e para a melhoria da qualidade de vida das populações desta União de Freguesias.

A questão relevante não é se as contas estão bem feitas – acreditamos que as somas e as subtrações estão correctas –, a questão fundamental é se o dinheiro foi bem gasto e se a despesa de quase dois milhões e quinhentos mil euros (2 500 000,00€) trouxe desenvolvimento ao território e qualidade de vida às populações.

Para ser bem gasto, na perspectiva apresentada, tem de haver planeamento e estratégia económico-financeira.

A CDU entende que isso não aconteceu e é essa questão que importa avaliar em mais um final do mandato PS. Um mandato em que, devido a uma tolerância duvidosa por parte da Mesa da Assembleia de Freguesia, esta Assembleia funcionou em mais de dois terços do mandato com menos um membro, facilitando a representação em minoria do PS que com muitos “jeitinhos” lá foi aprovando os documentos.

Mesmo assim, não se livra o Executivo da apreciação negativa da CDU em relação às Contas do ano de 2024, como aliás se verificou em anos anteriores.

Em 2022 a Junta gastou 1 831 818,68€; em 2023 a Junta gastou 2 341 826,97€; em 2024, período que agora apreciamos, a Junta gastou 2 416 376,08€ deixando, neste ano, um saldo negativo de 138 000,00€.

No total dos três anos, foram mais de **seis milhões e quinhentos mil euros** que o Executivo teve ao seu dispor para melhorar a vida das populações da UFGVJ.

Para uns será muito dinheiro, para outros não será, tendo em conta as necessidades do território e das populações, nomeadamente, as rectificações de arruamentos, a construção de passeios, a construção de muros, a limpeza das ruas e terrenos, a construção e manutenção de jardins e zonas verdes, a construção e manutenção de parques infantis e de lazer, a limpeza e manutenção de rios, ribeiros e suas margens, o apoio ao movimento cultural e desportivo, a gestão e manutenção dos mercados e feiras, o apoio social aos mais desfavorecidos em situação de emergência social, o investimento na preservação do património histórico e edificado: fontanários, lavadouros, cruzeiros, capelas, quintas centenárias..., iniciativa de influência nas obras da responsabilidade do Município e do Estado (rede viária, transportes, construção da linha do Metro, cedência de território ao Município do Porto – Quinta do Allen) e outras competências enumeradas na Lei.

“O dinheiro não dá para tudo” é a frase que ouvimos recorrentemente em resposta às questões levantadas. Para que deu, então, os tais seis milhões e meio? De todas as necessidades e competências referidas, o que vemos feito? O que é que ficou para a UFGVJ, em três anos, destes mais de seis milhões? Pouco, muitíssimo pouco, para além das asneiras que foram permitidas como o famigerado caso da Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa que “matou” Valbom e ostracizou os valboenses, ou o caso do projecto da linha de Valbom do Metro que foi atirado para o caixote do lixo (depois de centenas de milhares de euros gastos) em nome de uma “solução mais barata” que nunca chegou nem sabemos se chegará.

Assim, a questão que agora apreciamos, não é se as contas estão bem feitas, mas sim onde e como foi gasto o dinheiro que o Executivo do Partido Socialista teve ao seu dispor até ao momento. Para a CDU não restam dúvidas de que as populações continuam com muitos problemas por resolver, alguns deles à espera de soluções há anos, e viram outros problemas crescer. Em todas as freguesias da União continuam os reincidentes problemas na higiene e limpeza das vias públicas, imensas ruas com os pisos deteriorados, imensas ruas por retificar e com falta de passeios, problemas de mobilidade interna e para os concelhos vizinhos agravados, habitação social degradada e subutilizada, dinâmica social extremamente deprimida, falta de incentivo à criação cultural e à prática desportiva, património histórico e edificado sem intervenção.

O dinheiro não dá para tudo. É verdade. Por isso é que não pode ser gasto de qualquer maneira, numa navegação à vista, a favor dos ventos. Tem de haver planeamento, têm de ser identificadas as prioridades e as emergências, tem de se encontrar um rumo e apontar para um horizonte de futuro que traga às populações a confiança na sua autarquia.

Isto não aconteceu, mais uma vez, nestes três anos de mandato do PS e por exclusiva culpa do PS, já que a CDU, participou em todas as sessões e reuniões da Assembleia apresentando questões relevantes para a resolução dos problemas, apresentando propostas concretas sobre assuntos do interesse das freguesias e das populações e sugerindo acções e soluções para problemas a necessitarem de resposta.

Mais uma vez dizemos que as populações desta União de Freguesias têm direito a transitar em ruas bem iluminadas sem buracos e com passeios, em ruas limpas e sem inundações de águas que não têm por onde escoar; têm direito a ter transportes públicos para as suas deslocações; têm direito a espaços verdes e de lazer aprazíveis e bem cuidados; têm direito a habitações dignas, creches para os seus filhos e lares para os seus idosos; têm direito a cuidados de saúde primários de proximidade; têm direito ao lazer e à cultura... Estas são as contas que devem ser prestadas. Este é o trabalho que uma Junta tem de desenvolver e exigir para honrar o mandato que lhe é dado pelo povo.

Apesar da forma distintiva da CDU no exercício do mandato que o povo lhe dá, já demos a este executivo alguns votos de confiança, sempre na esperança de poder testemunhar o desenvolvimento e o progresso do nosso território e das suas gentes. Não aconteceu até ao momento.

Por isso e tendo em conta os pressupostos apresentados, a CDU vota **CONTRA** a **Conta de Gerência do ano de 2024**

Valbom, Assembleia de Freguesia da UFGVJ, em 29 de abril de 2025,

Os eleitos da CDU

Maria Olinda Moura,

Luís Fernandes

Declaração de voto

Ponto 5 - Apreciação, discussão e Votação da Isenção e/ou Redução da Tabela de Taxas e Licenças aos antigos combatentes

Assembleia de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

A CDU reconhece e valoriza o papel histórico e o esforço dos antigos combatentes, muitos dos quais continuam a viver com dificuldades económicas, de saúde e sociais, e cuja dignidade deve ser reconhecida e protegida pelo Estado e pelas autarquias.

A proposta agora apresentada pelo executivo, no âmbito do protocolo entre a DGRDN e a ANAFRE, contempla a isenção total de taxas administrativas e a redução de 50% noutras taxas, com exceção das relacionadas com os cemitérios.

Apesar de se tratar de uma proposta com um aparente impacto orçamental reduzido, há algumas questões políticas e técnicas que merecem ser analisadas com atenção e que, do ponto de vista da CDU, devem ser ponderadas.

Ainda que compreendamos o valor simbólico desta iniciativa, consideramos que a proposta peca por ser limitada e pouco ambiciosa.

O seu alcance real é reduzido, não resolve as dificuldades concretas enfrentadas pelos antigos combatentes e carece de fundamentação clara quanto à sua aplicação prática.

A exclusão das taxas relacionadas com os cemitérios é politicamente discutível. Muitos dos antigos combatentes são já idosos e, infelizmente, o falecimento é uma realidade cada vez mais presente nas suas vidas e das suas famílias. A isenção e a redução das taxas relacionadas com os cemitérios seria, paradoxalmente, mais justa e útil para esta população.

Na prática a isenção de taxas administrativas apresentada, representa uma poupança muito pequena para os antigos combatentes, dado que esses documentos são solicitados com pouca frequência, e as taxas associadas são geralmente baixas. Trata-se mais de uma medida simbólica do que estruturante.

A CDU considera, que esta como proposta isolada, sem ligação a outras políticas sociais e de apoio a este grupo, carece de um plano de ação mais vasto (por exemplo, apoio psicológico, visitas domiciliárias, participação em redes de solidariedade, etc.).

Consideramos ainda que a falta de um levantamento concreto da população beneficiária impede uma avaliação rigorosa do verdadeiro impacto desta proposta.



A CDU irá votar favoravelmente esta proposta, deixando claro que não nos opomos à intenção de apoiar os antigos combatentes, mas reiteramos que esse apoio deve no futuro ser estruturado com maior profundidade, justiça social e clareza administrativa.

Reafirmamos ainda a nossa disponibilidade para colaborar na construção de políticas públicas locais que valorizem verdadeiramente aqueles que serviram o país, através de medidas concretas e articuladas com outras respostas sociais.

Gondomar, 29 de abril de 2025

Pel'os eleitos da CDU,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fernando", is written over the text "Pel'os eleitos da CDU,".





Declaração de voto

Período Antes da Ordem do Dia

Moção “No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução -

- Comemorar, afirmar e valorizar os valores de Abril”

A Iniciativa Liberal, enquanto partido defensor da liberdade em toda a linha – social, política e económica –, celebra, desde a sua fundação, simultaneamente, e com o mesmo entusiasmo, o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, dois marcos basilares para a democracia e a liberdade no nosso país.

É do nosso entender que o 25 de Abril é uma celebração que une todos os democratas que acreditam nos valores do Estado de Direito, da liberdade e da democracia liberal. Deste modo, quando assistimos a evocações relativas ao tema, apoiamos, como é nosso dever, as iniciativas que vão precisamente por esse caminho: o de defender os valores unânimes que Abril nos trouxe.

Acontece que, nos considerandos da moção aqui apresentada, existe algum conteúdo com o qual não podemos subscrever, nomeadamente o que menciona a desagregação de freguesias. Mas, também, foi para isso que se fez Abril: para podermos concordar em muitos pontos e discordar noutros tantos.

Posto isto, e face ao remanescente do texto da proposta, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nesta moção.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da

Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



Declaração de voto

Ponto 3 – “Apreciação, Discussão e Votação da Prestação de Contas do ano de 2024”

O documento que é colocado para apreciação neste ponto, considerado o segundo documento mais importante a discutir anualmente neste órgão deliberativo, vem expor a execução das opções políticas definidas pelo Executivo em sede de Orçamento. E, depois de analisado o documento, ficam confirmadas as preocupações que a Iniciativa Liberal vem alertando e sugerindo alterar – com muito pouco sucesso –, em particular, neste caso, no Orçamento relativo ao ano de 2024.

Quanto ao relatório de atividades, chamar de novo à atenção para os dados relativos aos trabalhadores da autarquia, nomeadamente para questões que são sistematicamente preocupações que, ano após ano, nada mudam. Uma prende-se com a idade média dos trabalhadores, algo que poderá ser uma bomba-relógio para o futuro a médio prazo, face às características da função pública que são conhecidas de todos. A outra tem que ver com o número de baixas dos trabalhadores, um número ainda elevado, que nos leva a questionar, mais uma vez, sobre as condições em que estes desenvolvem o seu trabalho, nomeadamente quanto à segurança, ao próprio equipamento e quanto à formação dos mesmos.

De seguida, cumpre-nos também dar uma palavra quanto ao “calcanhar de Aquiles” do mandato deste Executivo: a limpeza urbana. É feita uma referência a 950 locais intervencionados ao longo do ano de 2024, mas, e uma vez que essa informação passou a ser prestada trimestralmente, devido a muita força da oposição, com especial destaque para a Iniciativa Liberal, esse número parece-nos claramente inflacionado, uma vez que, analisando apenas o segundo semestre, quando olhamos para locais **distintos**, o número ficava ligeiramente abaixo dos 200.

Já quanto aos números, o cenário apresentado vai ao encontro do previsto no Orçamento para 2024, documento que a Iniciativa Liberal desde a primeira hora afirmou que não era o melhor para os fregueses, e confirma, precisamente, todas as preocupações que temos vindo a expor e alertar ao



longo dos anos no que diz respeito à saúde e equilíbrio financeiro da autarquia no médio-longo prazo.

Vislumbra-se o já previsto aumento da despesa, nomeadamente na componente do pessoal, aumento esse que supera as reduções que se verificaram nas rubricas de aquisição de bens e serviços ou de bens de capital, com esta última a levar um rombo enorme face ao período homólogo.

Quanto às receitas, assistimos ao aumento das transferências provenientes do Estado, seja o central, como foi particularmente notório em 2024, ou o local, o que torna a autarquia menos independente, tal como temos também vindo a alertar ao longo deste mandato.

Em resumo, há que assumir que as contas são o que são e não as dá para alterar. Ainda assim, elas são o resultado do que foi a gestão do Partido Socialista ao longo deste mandato: uma gestão sem qualquer sentido estratégico, com um olhar simplista para o dia-a-dia sem pensar no futuro a médio-longo prazo, gestão essa que urge mudar no próximo ciclo político que se avizinha.

Posto isto, e uma vez que, como disse, as contas são as contas e o efeito prático deste documento é esse mesmo, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da

Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



Declaração de voto

Ponto 4 – “Apreciação, Discussão e Votação do Inventário de Bens do ano 2024”

À semelhança do que aconteceu no ano passado, volta a existir uma contradição entre o ponto da Ordem de Trabalhos e o documento que é colocado à apreciação, discussão e votação, uma vez que o ponto se refere ao Inventário de Bens e o documento apresentado é uma mera atualização de um Inventário que os membros deste órgão não têm acesso e nem sabem, de facto, qual é o ponto de situação relativo ao mesmo.

Perante este cenário, torna-se impossível votar este ponto da Ordem de Trabalhos, ao qual acrescentamos que nos parece, além de um possível incumprimento legal, uma péssima postura do ponto de vista da ética e do bom senso o Executivo, no final do seu mandato, não apresentar à Assembleia um inventário completo.

Assim, não restam alternativas à Iniciativa Liberal que não um voto **CONTRA**.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da
Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa



Declaração de voto

Ponto 5 – “Apreciação, Discussão e Votação da Isenção e/ou Redução da Tabela de Taxas e Licenças aos Antigos Combatentes”

A Iniciativa Liberal nada tem a opor quanto à proposta que é aqui apresentada pelo Executivo, proposta essa que, aliás, gostaríamos de ver alargada a todos os fregueses sem exceção, de modo a facilitar-lhes a vida e garantir que têm mais dinheiro no bolso para, no âmbito da sua liberdade, tomar as decisões que acham mais avisadas para o seu caso particular.

Posto isto, a Iniciativa Liberal vota **A FAVOR**.

O Deputado à Assembleia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim da

Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa